

# A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

*THE CONTRIBUTION OF THE PLAYER IN THE TEACHING LEARNING PROCESS IN THE EXTENSION OF INTEGRAL EDUCATION*

Paulo Luiz Dias de Oliveira<sup>1</sup>

Bento Lucio da Conceição<sup>2</sup>

Regina Maria da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo versa sobre o estudo do lúdico como processo educativo denotando que ao se trabalhar ludicamente não se está abandonado a seriedade de se trabalhar a importância dos conteúdos a serem apresentados a criança pois as atividades lúdicas são indispensáveis para seu desenvolvimento e apreensão dos seus conhecimentos. Como procedimento metodológico utilizou-se de uma revisão de literatura sobre a temática, além de referencial curriculares Nacional, Programa Mais Educação destaca-se a importância do Lúdico na Educação Infantil considerando as reflexões do sob o estudo do lúdico sob o prisma da educação tendo a criança como centro de todas as motivações e ações e a importância do tempo e espaço atrelado ao programa mais educação, Um ponto importante que ressalta esse artigo foi o estudo entre o programa Mais Educação e a capacidade socializadora que está relacionada a importância das brincadeiras voltadas para motivação, as necessidades e interesses das crianças pequenas.

**Palavras-chave:** ludicidade, educação Integral, desenvolvimento.

**Abstract:** This article deals with the study of play as an educational process denoting that when working playfully is not abandoned the seriousness of working the importance of the content to be presented to the child because the playful activities are indispensable for their development and apprehension of their knowledge, Programa Mais Educação highlights the importance of play in early childhood education considering the reflections of the under the study of play under the prism of education taking the child as the centre of all the motivations and actions and the importance of time and space linked to the program more education, An important point that highlights this article was the study between the Mais Educação program and the socializing ability that is related to the importance of play aimed at motivation, the needs and interests of small beliefs.

**Keywords:** playfulness, integral education, development.

1- Especialista em Educação Integral pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Graduado em pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é docente do ensino fundamental vinculado a secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, Mato Grosso - SME. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7990523005603616> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6828-4722>

2- Especialista em Alfabetização e Letramento pelas Faculdades Integradas De Cuiabá (FIC) Técnico em Desenvolvimento Infantil lotado na secretaria municipal de educação (SME- MT) graduado em letras português e espanhol pela Universidade de Cuiabá - UNIC e Pedagogia pelo Instituto Invest de Educação. Lattes <http://lattes.cnpq.br/9493087686688837> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2526-9148>

3- Especialista em Educação Infantil pela faculdade Mantense dos vales Gerais- INTERVALE do - Graduada em Pedagogia pela Centro Universitário UNIRONDON, atualmente é Docente da Educação Infantil vinculada as Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá MT, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4362330562353647> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5655-0410>

## Introdução

Como é sabido, o lúdico, como componente do lazer, esteve presente em todas as épocas da sua história profissional. Lembrando que o lúdico pode e acontece em qualquer momento da existência humana, seja em questões relacionadas à família, trabalho e a educação onde o foco será no campo educacional. Desta maneira neste trabalho será abordado a importância e a significação do lúdico na visão de vários teóricos, a fim de tornar o entendimento claro e compreensível pelo leitor e a sua contribuição para os desenvolvimentos educativos, sociais, físicos, psicológicos, emocionais, sociais da criança.

Na dimensão lúdica, a aprendizagem dá-se através de maneiras diversas no ambiente escolar nesta pesquisa será focado o desenvolvimento da prática de jogos, brinquedos e brincadeiras visando promover o desenvolvimento integral do aluno.

Na sua historicidade Platão já defendia o conceito de um sistema educacional para o seu tempo, mas, principalmente, por tê-lo integrado a uma dimensão ética e política, onde preconizava que educar era tão importante e tinha como fim a busca da felicidade e compromisso de toda a sociedade. De acordo com Platão *Apud* Palmer (2005, p. 28):

Mas a consideração e ausência de qualquer espécie de exigência, em ninharias, e desprezo por princípios que enumeramos com veneração, quando construímos a cidade, como aquele segundo o qual, a não ser que se tivesse uma natureza extraordinária, nunca uma pessoa poderia tornar-se um ser humano<sup>1</sup> de bem, se logo, desde a infância, não brincasse no meio de coisas belas e não se dedicasse a todas as atividades dessa qualidade.

Percebe-se que o lúdico já existia na história Greco-romana como prática educativa. Diante dessa análise de Platão sinaliza-se que não é desejável propagar conhecimentos dos discentes, mas antes, propiciar levá-los a procurar respostas, eles mesmos, às suas inquietações.

Tendo em vista que nesse período o professor era o centro do saber, porém Platão já traçava uma filosofia educacional para revolucionar a sua época levando esses alunos a reflexão, sobretudo às crianças à vontade para que pudessem desenvolver livremente.

Nesse ponto o processo dialético platônico pelo qual ao longo depuram-se pensamentos e dilemas morais também se relaciona a procura de respostas durante o aprendizado.

Na perspectiva de Aristóteles *Apud* Gadotti (2005, p.38):

Educar para viver bem, entre outras coisas viver uma vida prazerosa buscando a felicidade plena na capacidade de apreciar seu conhecimento e suas ideias. Acredita-se que os educadores estão cientes da importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras, mas, muitas vezes, têm dificuldade em desenvolver uma metodologia lúdica no contexto escolar é nítida a mudança ocorrida em relação aos jogos e brincadeiras em diversos países e contexto sociais.

Entretanto, constata-se a razão pela qual denota-se que é evidente que o prazer de brincar continua presente em todas as gerações até hoje, existentes. Porém a introdução das brincadeiras ao cotidiano escolar infantil inicia-se com o educador alemão Froebel (1782-1852), que considerava as brincadeiras como primeiro recurso para aprendizagem, além de uma diversão e modo de criar representações do mundo concreto para entendê-lo.

A ênfase de Froebel no lúdico teve um efeito profundo na prática, pois ele afirmava que na primeira infância a brincadeira das crianças era seu primeiro caminho de aprendizagem do mundo. Crianças pequenas adquirem conhecimentos de natureza física agindo nela, usando seus sentidos, uma atividade que ele chamava de brincar. Agindo sobre objetos concretos e externos em seu ambiente, as crianças adquiriam o conhecimento deles. As crianças aprendem

por intermédio dos sentidos e da razão. Froebel *apud* Palmer (2005, pg. 125) afirma que:

A função de brincar é representar na mente interior das crianças objetos do mundo físico. Brincar não é brincadeira livre e sim por intermédio das brincadeiras, as crianças tornam-se autoconscientes e progridem intelectualmente. Froebel trouxe um novo sentido ao brincar: um meio educativo de entender o mundo exterior.

O educador elaborou jogos para educar sensações, emoções e brinquedo pedagógicos enfatizando o valor da atividade manual e defendeu uma proposta educacional que incluía atividades de cooperação e o jogo, entendidos como a origem da atividade mental.

O século XX foi marcado por grandes avanços tais com evoluções tecnológicas, valores sociais, onde surge uma nova forma de entender a infância e o atendimento das crianças em espaços educativos formais, enfatizando a organização destes espaços essencialmente para educar as crianças.

Quando referenciado que vive – se ludicamente compreendemos que somos agentes participativos do meio que estamos inseridos. De acordo com Teixeira (1995, p.20).

O lúdico tem sua origem na palavra latina “*ludus*” que quer dizer “jogo”. Se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. A evolução semântica da palavra “lúdico”, entretanto, não parou apenas nas suas origens e acompanhou as pesquisas de Psicomotricidade.

De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo, porém os jogos e o ato de brincar possuem intrínseca relação com a ludicidade.

Dentro dessa visão, a pedagogia criou o movimento da escola nova, onde se valorizou a atividade da criança em experimentar, pensar e julgar contraponto a recepção passiva dos conteúdos. Vygotsky, Piaget, Freinet, trouxeram para a educação novos paradigmas e desafios, mudando o rumo do ensino infantil.

Tornou-se necessário a compreensão do professor em perceber que a sua função é proporcionar aos educandos experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que elas possam desenvolver sua autonomia, e auto-estima.

Horn (2004, p.71), diz que:

O brinquedo satisfaz as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, como, por exemplo, as de escolher, imitar, dominar, adquirir competência, enfim, de ser ativo em um ambiente seguro, o qual encoraje e consolide o desenvolvimento de normas e de valores sociais. Assim, deve haver também conexões entre desenvolvimento e aprendizagem, considerando a diferença de linguagens simbólicas e, conseqüentemente, a relação entre o pensamento e a ação.

A partir dessas cogitações percebe-se que através dessas transformações sociais e das contribuições pelos autores abordados neste capítulo nota-se que a criança passa a ser vista como um ser que possui necessidades e especificidade diferenciadas dos adultos, ganhando assim um novo tratamento social, sinalizando que através dos jogos, brinquedos e brincadeiras a criança se desenvolveria integralmente, por isso que a educação destas deveria estar atrelada a estes elementos lúdicos que contribuem da maneira significativa para aprendizagem e o desenvolvimento das mesmas.

A pesquisa em tela teve como objetivo identificar a importância da ludicidade na

formação escolar do educando, portanto, um elemento pedagógico indispensável ao educador que se compromete com a aprendizagem significativa.

## **O lúdico no processo educativo**

### **A Contribuição do Jogo no Processo de Aprendizagem**

A ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis, pois cria atividades baseadas no ato de brincar, na imaginação e na interpretação da realidade uma forma própria. As crianças liberem sua capacidade de criar e de reinventar o mundo, de expor sua afetividade e de ter suas fantasias aceitas e exercitadas para que, através do mundo mágico do faz-de-conta, possam explorar seus limites.

A escola deve proporcionar atividades lúdicas para que haja a interação entre a criança e o objeto de estudo. Por meio dessa relação, é possível ocorrer uma interação maior entre o sujeito cognoscitivo e o objeto a ser conhecido. Para que elas possam compreender e reconstruir seu conhecimento, é imprescindível ocupar-se esse espaço estimulando o interesse e a participação delas.

Desta maneira a criança, brincadeira, brinquedo e jogo são indissociáveis, porém percebe-se que o nosso sistema escolar está em processo de compreensão, assim sendo, ainda não se atribui a sua devida relevância, nesse intuito essa sessão irá abordar a contribuição do lúdico no processo educativo abordando: A importância do jogo no processo de aprendizagem, o brinquedo e o desenvolvimento da criança e as brincadeiras um modo de dialogar com os conhecimentos.

### **A contribuição do jogo no processo de aprendizagem**

Durante determinado período de nossa história, os jogos infantis assumiram um papel relevante no que concernem às atividades cotidianas das crianças, apesar das restrições feitas pelos adultos, estas por sua vez não abandonavam suas brincadeiras que perpetuavam a cada etapa de seu desenvolvimento físico, mental.

Entretanto os jogos na infância eram interpretados pela escola e pela família como atividades programadas para encerramento de ano letivo, comemorações diárias, recreações entre outras. Estes jogos não eram entendidos como parte de um trabalho escolar e nem valorizado como prática educativa.

Percebe-se que tanto a escola quanto os adultos concebiam a criança como um adulto em miniatura, tanto que por volta do século XII as crianças eram instruídas a desenvolver habilidades artísticas, manuais e intelectuais logo em seus primeiros anos de vida.

Atualmente com outro olhar em relação aos jogos educativos, educadores e pesquisadores da educação incentivam a prática do jogo como forma de aperfeiçoar o desenvolvimento da criança. Neste propósito, os jogos que fazem parte de um recurso lúdico estão adquirindo gradualmente uma nova dimensão nesse contexto torna-se um instrumento educativo riquíssimo para ser utilizados com os educandos.

Hoje o jogo e o brinquedo educativo ganham um novo enfoque e está sendo integrado ao currículo escolar, deixando de ser considerado atividades secundárias e passando a ser pedagogicamente aceitos como parte de conteúdos escolares e com essa perspectiva denota-se a sua essencial influência no processo de aprendizado e desta maneira na colaboração da expansão da educação integral e o seu uso no Programa Mais Educação.

De acordo com Kishimoto (2003, p. 23):

Se as crianças são vistas como seres sociais a aprendizagem infantil far-se-á de modo espontâneo, por meio do jogo, nas situações do cotidiano, isto é, tarefas simples como preparar alimentos, lanche, representações de peças

familiares, brincar de faz-de-conta, adivinhações, etc.

As inserções dos jogos na ampliação da educação favorecem o desenvolvimento de habilidades da criança e jovens inseridos no processo educativo no sentido de proporcionar os domínios de comunicação, da oralidade, do cognitivo, da coordenação motora tanto fina como amplas noções de espaço e tempo, trabalhando também o emocional dos educandos.

Os jogos encorajam o desenvolvimento intelectual por meio do exercício da atenção, e também pelo uso progressivo de processos mentais mais complexos, como comparação e discriminação e pelo estímulo à imaginação todas as vontades e desejos das crianças são possíveis de serem realizados através do uso da imaginação, que o indivíduo faz através deste.

Nesse sentido sinaliza-se que o jogo, para Kishimoto (2003 p.16), pode ser visto como “o resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social; um sistema de regras; e um objeto”. Esses três aspectos permitem a compreensão do jogo, diferenciando significados atribuídos por culturas diferentes, pelas regras e objetos que o caracterizam.

Ressalta-se que o jogo não deve ser utilizado apenas como brincadeira ou forma de extravasar energia, pois ele propicia à criança o desenvolvimento dos aspectos físico, cognitivo e social. Nesse sentido Kishimoto (2003, p.96), afirma que:

As crianças ficam mais motivadas a usar a inteligência, pois querem jogar bem; sendo assim, esforçam-se para superar obstáculos, tanto cognitivos quanto emocionais. Estando mais motivadas durante o jogo, ficam também mais ativas mentalmente.

Enfatiza-se que a criança motivada interessa-se pelo jogo e supera as dificuldades relacionadas à cognição e à emoção. O jogo, por ser livre de pressão, proporciona a aprendizagem, estimula a moral, o interesse, fazendo com que a criança descubra e reflita sua ação. Assim, com a experiência da criança, ela se descobre, assimila e integra com o mundo que a rodeia além de ser proporcionar momentos de reflexões.

## **Resgatando a historicidade da legalidade da educação integral**

O ser humano é um ser histórico, e para tanto modifica sua maneira de pensar e agir ao longo do tempo, estabelecendo relações entre si e instituindo modelos de comportamento. Desta forma, criam saberes, conhecimentos e instituições, as quais são desenvolvidas pelas gerações consecutivas e estão em constante aperfeiçoamento (ARANHA, 1996).

Entretanto, neste contexto a educação conserva-se na memória de um povo e elabora meios de sobrevivência. Neste ponto observamos a importância do estudo da legalidade e historicidade da educação integral, uma vez que esta foi produzida nas relações que os homens desenvolvem durante a sua existência.

Recorrendo à raízes históricas identifica-se que a educação integral existe desde o surgimento do ser humano. Spoked (1998), atribui uma informalidade a esta educação, onde cuidar e educar ficavam a cargo da família.

A valorização da criança como uma etapa importante do desenvolvimento educacional de maneira integral nem sempre existiu da forma como hoje está difundida e concebida, as mudanças políticas, econômicas e sociais, tem contribuído para este avanço.

A atual educação integral contribui para explicar e compreender a realidade em que se vive, pois para a constituição de se quisermos produzir um sujeito, um ser autônomo, não se pode empregar um lançar em processo de produção que não evidencie autonomia, como é o da escola que temos hoje, nesse sentido para que haja êxito na ampliação da educação deve-se investigar um conceito de educação integral que ultrapasse o senso comum e leve em conta

toda a integralidade do ato de educar.

Com o objetivo de perceberem-se estas linhas gerais, é faz-se necessário uma análise histórica de diferentes teóricos ao longo dos tempos, um estudo que nos permita ter uma visão do contexto histórico geral, objetivando a observação de suas crises e avanços. E assim, o estudo das bases legais que nos permite contextualizar e compreender a educação integral, a fim de nortear a nossa investigação.

## **Breve Histórico da Educação Integral**

A educação está englobada em toda sociedade, existindo em todos os lugares e no ensino de todos os saberes, perpassando desta maneira por todas as camadas sociais e se faz presente também na escola. Porém deve-se sinalizar que a escola não é o único local onde ela ocorre e muito menos o professor é o único agente.

É essa visão de educação, que amplia os espaços para além dos muros da escola, que percebe a importância de expandir as ações educativas e democratizar o acesso aos equipamentos públicos da cidade, investindo no direito da população infantil e juvenil de ir e vir com dignidade e autonomia na cidade, que esta expressa na proposta de educação integral.

Compreende-se que há Educação além das escolas existe por várias partes sem haver redes e estruturas sociais e de compartilhamento de saberes formais, pois se entende que a educação visa uma formação humano-histórico.

De acordo com Ligia Coelho *Apud* Paro ( 2009; pg. 18):

O humano - histórico significa sujeito, ou seja, autor; condutor de sua própria humanidade, então a educação só se dá na forma da relação entre sujeitos. Nessa relação, não acontece propriamente que o educador educa o educando: antes disso o educador é alguém que propicia condições para que o educando se eduque.

Percebe-se a escola não é a única responsável pelo processo educativo, porém ela nos possibilita o acesso ao conhecimento de maneira formal. Nesse âmbito para produzirmos um ser autônomo, não se pode perpetuar o modelo educacional vigente onde as escolas inúmeras vezes são questionadas da maneira que estão oportunizando ao educando a formação do indivíduo de forma integral.

Observa-se que este é um tema muito amplo que envolve muitas questões importantes que devem ser levadas em consideração. Alguns questionamentos que precisam estar sempre presentes no cenário desta área é forma como esta educação está sendo organizada, qual as concepções ao seu respeito e os resultados que traz. Atualmente fala-se muito em Educação Integral pela qual se propõem uma formação completa do ser humano.

De acordo com dados históricos, este tema esta mais em evidência no Brasil há cerca de vinte anos, porém, estudiosos apontam que já na Grécia antiga, a educação era pensada e trabalhada com uma visão de Educação Integral, pois, na considerada Paidéia<sup>2</sup> grega a qual é conceituada pelo filósofo Alemão Werner Jaeger como processo de educação em sua forma verdadeira, a forma natural e genuinamente humana, se trabalhava juntamente com a leitura e escrita, a música, a dança e a ginástica.

A educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento as crianças, adolescente e jovens sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição de efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional.

A ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata da criação ou a recriação da escola como instituição total, mas a articulação dos diversos atores sociais que atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral.

Segundo Cavaliere (2009), a Educação Integral aparece no movimento operário do

século XIX, dentro do pensamento de alguns pensadores da época destaca que a educação seria transformadora, na medida em que reunisse o trabalho intelectual com o manual, a educação científica com a industrial, harmonizando os aspectos físicos, moral e intelectual da formação.

No Brasil por volta do século XX, iniciou-se uma grande discussão a respeito da educação, dentro desta pode-se observar que já se pregoava uma Educação Integral. Neste período existiam várias correntes políticas que construíram suas ideias a respeito da educação.

Cavaliere (2009), destaca duas destas correntes as quais defendiam uma Educação Integral com proposta diferente uma da outra. São elas: Ação Integralista Brasileira (AIB), a qual depois foi transformada em partido político e Liberal.

De um lado Ação Integralista Brasileira, a qual concebe os valores da educação como sacrifício, sofrimento, disciplina e obediência. Para ela a educação integral envolvia o Estado, a família e a religião, postos em sintonia pela escola, numa intensiva ação educativa. Do outro os liberais, os quais defendiam que esta forma de educação teria como “objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dar a partir de indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação” (CAVALIERE, 2009, p. 36).

Um dos membros que se destacou na corrente liberal foi o pensador Anísio Teixeira o tem grande contribuição para nossa educação e que Cavaliere, 2003 define como um entusiasta da ampliação do tempo associado às atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte no espaço formal da escola. Teixeira é responsável pela a ideia da construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro em Salvador-BA, a qual funcionaria o dia inteiro com diversas atividades.

Nas décadas de 80 e 90, no Governo de Leonel Brizola, o Intelectual Darcy Ribeiro influenciado pelas ideias de Anísio Teixeira implantou o Projeto dos Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos como CIEPs, os quais deveriam funcionar em tempo integral, priorizando as crianças mais pobres, acreditava que poderia tirar do abandono das ruas e dos lares em que os pais não podiam cuidar de suas crianças provenientes das famílias de baixa renda. Porém este foi um projeto que provocou muitas discussões sobre o real propósito de sua implantação, foram levantadas muitas críticas ao seu respeito e foi considerado como um projeto abandonado.

Atualmente o Governo desenvolve alguns programas, os quais estão dentro da proposta de Educação Integral, como é o exemplo do Programa Mais Educação, porém pode-se considerar apenas como um ensaio para Educação Integral, pois, como se pode observar nos conceitos desta educação ele ainda não abrange a sua proposta completa, além disto, não atende o macro da escola e sim contempla a menor parte dos alunos.

Tendo a perspectiva de que educação não é apenas referir o conhecimento e sim mediar que o individuo desenvolva suas competências e habilidades, Nesse sentido pode-se pontuar que o conhecimento se passa em todo lugar mas, como destacado anteriormente necessita-se que seja realizado também na escola.

Ressalta-se que a escola também é responsável em contribuir para a formação da personalidade do indivíduo sinaliza-se que educação se dá no compartilhamento do ensino de cultura. Pois cultura é conhecimento e formação de valores, crenças, filosofia, ciências, arte e utilização do corpo. Nesse intuito percebe-se que a escola possibilita a troca de conhecimento e a partir das relações entre as pessoas que formam indivíduos critico reflexivo mais para que isso ocorra devem ser aguçado e propiciado esse interesse pelos saberes.

Seguindo essa linha de pensamento percebe-se a contribuição da implementação da educação integral superando o senso comum em relação ao seu conceito e reconhecendo a pessoa como um todo e não como ser fragmentado, salientando que o individuo deve ser desenvolvido em sua integralidade nos aspectos cognitivos, psicológicos, físico, social e afetivo.

Destaca-se que a educação integral pressupõe um conjunto de estratégias para a formação completa do ser humano, amplia a concepção da educação oportunizada pela escola e pela família, abrindo espaço para o envolvimento e a responsabilização de toda a sociedade em relação às novas gerações. Portanto, ao falar em educação integral é defender uma educação completa que pense em um ser humano por inteiro em todas as dimensões não só em tempo

mais e principalmente em qualidade e quantidade.

A Educação Integral, certamente, é um espaço privilegiado para a incorporação de avanços na forma de ensinar e desta maneira joga um papel central na elevação do aprendizado.

Tendo em vista que a educação integral vem contribuir no processo de desenvolvimento de identidade e autonomia dos educandos envolvidos nesse processo onde é oportunizado através de situações de aprendizagem que simultaneamente a ampliação de capacidade para a convivência e participação da vida pública, a ampliação de repertórios de competências e habilidades, acesso e usufruto aos serviços sociais básicos.

Verifica-se que a Educação Integral é um tema que está em evidência, mas, que é um assunto ao qual precisa ser dada mais importância, necessita de muitos estudos para que se tenham projetos bem elaborados e que possa trazer bons resultados para o desenvolvimento da Educação Brasileira.

No próximo tópico apresentam-se as Bases Legais da Educação Integral no sentido compreendermos os desafios e objetivos não apenas para professores e estudantes, mas para toda a sociedade, tendo em vista o papel que cumpre o acesso à educação para o desenvolvimento da sociedade que estamos inseridos.

## **Bases Legais da Educação Integral**

A Educação Integral vista na perspectiva da cidadania dos educandos, implica também reconhecer que a educação é oportunidade para o aprendizado da convivência democrática, do reconhecimento das diferenças e o exercício da igualdade.

Nesse intuito a educação prepara para tornar os educandos no desenvolvimento da sua autonomia, para tanto buscamos a concepção contemporânea de educação integral de proporcionar os quatro pilares da educação presentes nos relatórios de Jacques Delors: Aprender a conhecer a fazer, a conviver e a ser.

Para se propiciar adequadamente às preocupações e aos desafios da área educacional ressaltamos a extrema relevância de desenvolvimento de políticas públicas consistentes. Tendo a visão para atender a aceção do direito à educação figura entre os princípios estabelecidos na Constituição Federal Brasileira e reproduzidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em vários artigos asseguram a extensão do ensino oportunizando o acesso e permanência dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 no art. 3º e incisos I,III, IV e IX refere-se que :

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

IX - garantia de padrão de qualidade.

Observa-se que na formulação do princípio I onde pressupõe-se certo alargamento do direito à educação, por não se restringir apenas no acesso, mas também, na permanência do aluno na escola. Essa ampliação do direito decorre do contexto da educação brasileira, onde existe um percentual significativo de crianças e jovens fora da escola, não apenas pela falta de grande número de alunos que frequentam o que impossibilita a efetivação desse direito.

Já nos princípios III e IV o esforço é voltado para consolidar a igualdade, mediante

a inclusão de comunidades que historicamente são excluídas do direito a educação e desconsideradas nas suas diferenças e particularidades onde traduzem as reivindicações relacionadas à identidade na diversidade.

Já o princípio IX trata da exigência pela qualidade sendo adequada aos novos tempos e amplia o direito à educação, inserindo-o em um novo patamar, direito a uma educação de qualidade, que possibilite o sucesso de todos os alunos no processo educativo.

No art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 estabelece: “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

No artigo 34, da LDB de 1996, coloca que:

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

De acordo com a citação acima da LDB 9394/96 percebe-se legalmente que não se deve reduzir a Educação Integral à simplesmente ampliação da carga horária ou o tempo de permanência do aluno na escola.

Trata da jornada escolar considerada como o período em que a criança e o adolescente estão sob a responsabilidade da escola, quer em atividades intraescolar quer extraescolar.

Cada instituição educacional participante deverá incorporar um conceito mais abrangente de integralidade ao elaborar seu projeto pedagógico, procurando acrescentar conteúdos, experiências, informações e ampliação de conhecimentos para os estudantes. Dessa forma, a LDB reconhece que as instituições escolares, em última instância, detêm a centralidade do processo educativo pautado pela relação ensino aprendizagem.

Aponta-se no artigo 87, parágrafo § 5, também da LDB de 1996 onde:

Fica instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Nesse sentido prevê a implementação da educação integral, enfatizando a extensão do tempo, ultrapassados os dez anos, as propostas de educação integral que estão sendo criadas em nível estadual e municipais estão ampliando essa compreensão não se restringindo a integralidade apenas ao fator temporal, mas na expansão dos espaços, diversidade de agentes educativos e objetos de conhecimentos. Para tanto o comprometimento em torno da qualidade da educação pública requer uma concepção de educação ampliada extrapola as redes de ensino.

A este respeito relata Guará (2006, p.17):

A formação integral dos indivíduos não está restrita ao processo formal e intencional de ensino, pois tem sua base nas esferas da vida cotidiana, como nos lembra Agnes Heller. Inicia – se no nascimento e prossegue com a aprendizagem do universo cultural, durante todo o processo de desenvolvimento das pessoas, pois é na vida cotidiana que se objetivam as ações humanas e nela se inscrevem os resultados do conhecimento humano, de suas conquistas e desafios.

A educação integral de crianças e adolescentes com essa perspectiva é uma realidade ainda fragilizada que vem se fortalecendo por um conjunto de experiências no país, aponta-se que a ideia de uma educação sendo oferecida em um período maior de tempo que às quatro horas. Foi uma conquista importante, resultado da luta de movimentos sociais, educadores e outros atores sociais que projetaram uma ampliação deste tempo na escola.

De acordo com Edson Seda (2005 p. 56):

A criança tem direito ao desenvolvimento humano e a liberdade de pensar, querer e agir. Na reafirmação que a criança tem seus direitos reconhecidos, quando nasce e seus deveres segundo o desenvolvimento de suas capacidades e formular juízos próprios.

Partindo dessas reflexões, observa-se que a ampliação da jornada escolar faz-se associar à concepção da centralidade da escola no que tange ao processo ensino aprendizagem, centralidade que só faz sentindo se tiver por fim reforçar a centralidade do aluno no sistema educacional.

Dando continuidade ao estudo da legislação relacionada à educação integral e ao tempo integral, dentro desse contexto observa-se que a Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), a exemplo da Constituição Federal/88 e da LDB 9.394/96, retoma e valoriza a educação integral, enquanto possibilidade de formação integral do ser humano. Ressalta-se, o avanço para além do texto da LDB ao apresentar a ampliação progressiva do tempo escolar dentre os objetivos e metas não apenas relacionadas ao ensino fundamental, mas também a educação infantil.

Ensino Infantil: 18. Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos. Ensino fundamental: 21. Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

Além de estender o tempo integral para a educação infantil, o PNE delimita um quantitativo mínimo de sete horas diárias para a escola em tempo integral. Por sua vez, vale ressaltar que partindo da perspectiva de que o direito da educação, disposto nas leis já mencionadas só será realizado de fato quando da sua associação a uma sólida estrutura de recursos.

Nessa perspectiva, o aumento do tempo escolar deve necessariamente se fazer associar a uma ampliação do espaço escolar. A ampliação da jornada, quando limitada exclusivamente ao espaço físico intraescolar tenham acesso a oportunidades de convivência com outros ambientes socioculturais enriquecedores.

## **O Surgimento o Programa Mais Educação**

A partir de 2004, o Governo Federal, com base no quadro dos baixos índices de aprendizagem das escolas públicas brasileiras, buscou construir uma proposta conjunta com governos municipais e estaduais de forma a contribuir para universalizar o acesso, permanência e melhoria nos rendimentos escolares das crianças/adolescentes.

A proposta de se implantar uma política de Educação integral partiu da análise dos baixos índices da educação básica verificados principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP (2003)).

A intenção do programa segundo o portal do Ministério da Educação e Cultura- MEC (20112), apresenta-se como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos. Partindo deste entendimento, a secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) incorporaram em seus desafios a promoção da Educação Integral, e, com ela a perspectiva de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativos em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros.

Desse ideal constitui-se o Programa Mais educação como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo. A educação que este Programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola. A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não se deve tomá-la como única instância educativa.

Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos é tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã.

Nesse sentido o Programa Mais Educação surgiu da necessidade de pensar em uma forma de se trabalhar a Educação Integral e o seu marco foi propiciado pela Portaria Interministerial nº17/2007 é coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade (SECAD), do MEC, mas fazem parte do programa, o Ministério da Educação, Desenvolvimento Social e Combate a fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio ambiente, Cultura e Secretaria Nacional da Juventude. Teve início em 2008 atendendo escolas públicas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental e em 2009 foram incluídas algumas escolas de Ensino Médio de dez estados com menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA.

De acordo com texto referência para o debate nacional: Educação Integral. MEC, SECAD (2009, p. 25):

Mais Educação congrega ações conjuntas dos Ministérios da Educação (MEC), Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Esporte (ME), Ciência e Tecnologia (MCT), Meio Ambiente (MMA) e da Presidência da República (PR). Importante ressaltar que esse Programa conta com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas, desde que as atividades sejam oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que estejam integradas ao projeto político-pedagógico das redes e escolas participantes.

Neste contexto, percebe-se que projetos de caráter educacional englobam várias parcerias que trabalham diferentes temáticas visando otimizar o tempo desta criança e adolescente fora da sala de aula e auxiliar no desenvolvimento da sua formação enquanto indivíduo social de maneira integral.

Vale ressaltar a escola de educação integral, para Anísio, pois como citado anteriormente o programa foi inspirado em experiências dos educadores **Anísio Teixeira** e **Darcy Ribeiro** e para Anísio a escola deveria ser um retrato da vida em sociedade, com suas atividades diversificadas. Trata-se de uma escola que não somente reproduz a comunidade humana, mas ergue-a a nível superior ao existente naquela época e que se configura até hoje.

De acordo com Anísio (2007 p. 65), o qual ele afirma que a escola de educação integral deve:

(...) dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme

atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive. (pp. 79)

Nesse processo de aprender percebe-se que o tempo assume grande importância, pois a aprendizagem requer elaboração, requer realização de múltiplas experiências, requer poder errar no caminho das tentativas e buscas, enfim, requer considerar os diferentes tempos dos sujeitos da aprendizagem. Também requer considerar o tempo de cada um dos parceiros da comunidade: o tempo da escola, que está preso a um calendário e o da comunidade, que flui e é mais abrangente, que envolve mais experiências que podem ajudar a otimizar e direcionar melhor o tempo da escola.

De acordo com a proposta do programa tem como prioridade contribuir para formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações projetos e programas em consonância com o projeto político pedagógico da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades.

Os projetos também podem ser articulados para serem realizados através de parcerias entre escolas, membros da comunidade, famílias, poderes públicos, organizações sociais em torno de uma ação comunitária e escola comum. No entanto o grande foco é repensar os processos de aprendizagem, seus nexos e possibilidades de forma e ampliar os conteúdos e metodologias na relação ensino – aprendizagem.

Sendo assim, apresenta como principal objetivo aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola para melhorar o desempenho escolar, destacando-se também outros como:

- Atender crianças, adolescentes e jovens com uma proposta pedagógica de currículo diferenciado e ampliado, que contribua para a formação Integral do aluno.
- Valorizar a formação humana na sua globalidade, considerando o sujeito nas suas várias dimensões; física, psíquica, cognitiva, afetiva, ética, estética, social, emocional, dentre outras.
- Oportunizar ações educativas de fortalecimento da formação cultural das crianças, adolescentes e jovens, como também da aproximação das escolas com a comunidade.

Os recursos do programa são transferidos pelo PDE os quais são destinados às despesas de alimentação e transporte dos monitores, contratação de pequenos serviços, aquisição de matérias de consumo e aquisição dos Kits a serem explorados em cada atividade.

O Programa Mais Educação literalmente apresenta a educação integral, enquanto possibilidade de formação integral do ser humano.

Art. 1º. Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programa do governo federal e suas contribuições às propostas, visões e praticas curriculares das redes publicas de ensino na escola, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Além de a portaria interministerial apresentar a educação integral sob a perspectiva da articulação de ações, orienta que a ampliação do tempo escolar seja direcionada à formação integral do indivíduo reiterada em outro artigo do Programa Mais Educação.

Art. 6º. O Programa Mais Educação visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementações de

ações sócio educativas oferecidas gratuitamente a crianças e adolescentes e jovens e que considerem as seguintes orientações: I. contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas pautadas pela noção de formação integral e emancipadora.

Para transformar a escola num espaço onde a cultura local possa dialogar com os currículos escolares, é importante reconhecer que as experiências educacionais se desenvolvem dentro e fora das escolas. Tendo como objetivo deste programa a conquista efetiva da escolaridade dos estudantes, através da ampliação de experiências educadoras, as práticas realizadas além do horário escolar precisam estar sintonizadas como o currículo e os desafios acadêmicos.

Assim sendo, é possível que a metodologia de trabalho seja apropriada de fazer dos programas de governo que integram esta ação um instrumento sensível de produção de conhecimento e cultura, pois considera a diversidade dos saberes que compõem a realidade social brasileira.

Esses aspectos pertinentes à formação integral emancipadora vêm sensível de produção sendo discutidos, especialmente, a partir da publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007, p. 23), o qual afirma que:

nas sociedades contemporâneas a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de direitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

O Programa Mais Educação tem o intuito de contribuir, efetivamente, para a elevação da qualidade e dos patamares de aprendizado das crianças e adolescente. Portanto, visa auxiliar para a efetivação de uma educação de qualidade, ampliando os horizontes dos estudantes e contribuindo para o sucesso escolar.

É inegável que ao fazermos a relação existente entre a Educação Integral e o Projeto Mais Educação é importante evidenciar que o agrupamento das denominações das experiências de jornada escolar ampliada por aproximação semântica dá origem a duas grandes categorias: uma que fornece a noção de integralidade e outra que indica complementaridade Segundo Tempo, seguindo essa classificação o Programa Mais Educação esta inserido nessa segunda categoria.

Com essa perspectiva devemos ter em vista que o Mais Educação como uma tentativa para implementação de uma Educação Integral no sentido de desenvolver aptidões no individuo visando fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar. Através de promoção e a implantação de metodologias de ensino, nas instituições educacionais, que privilegiando a criatividade, a reflexão, a clareza de métodos e procedimentos e a disponibilidade de inúmeras experiências, as mais diversificadas possíveis e adequadas ao conteúdo a ser experimentado, refletido e confrontado com os conhecimentos que estudantes trazem de fora da escola, já incorporados.

Tendo em vista que o ambiente escolar precisa oferecer aos alunos um programa completo das disciplinas básicas, mais oficinas, desenho, música, dança, teatro e educação física. As turmas deverão ser formadas por um mínimo de vinte e máximo de trinta alunos, recomendado mesclarem alunos das diversas séries ou anos.

Dentre as atividades desenvolvidas na escola a qual se tem a oportunidade de vivenciara a experiência do Programa Mais Educação estão banda musical, alfabetização e esporte.

Está previsto que através do Programa Mais Educação a escola possibilita a permanência

por um maior tempo de alguns alunos na escola auxiliando nesse processo de construção de conhecimento que é ofertado por meio do projeto a contribuição para ampliação das suas jornadas diárias e a reorganização das grades curriculares, oferecendo atividades esportivas, culturais e recreativas em tempo integral.

Além disso, promove a inclusão digital e fomenta debates em torno do meio ambiente, cidadania e saúde. Embora seja fundamental reconhecer que, embora seu horizonte seja amplo as conquistas se dão gradualmente.

Sinaliza – se que o Programa Mais Educação busca o envolvimento de toda sociedade envolvida na realização e construção das atividades em que essas atividade podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a atividade e o espaço disponível na escola, ou fora dela, mediante o estabelecimento de parcerias com outros órgãos municipais, estaduais e federais, instituições diversas, sejam filantrópicas. Tais parceiros, também poderão exercer as atividades indo à escola ou em seus espaços.

É pertinente repensar o potencial educativo das cidades promovendo a interação entre as pessoas, valorizando os espaços comunitários e as instituições tornam-se pertinente repensar o potencial educativo das cidades promovendo a interação entre as pessoas, valorizando os espaços comunitários e as instituições são necessárias que assuma, através das suas políticas consequentemente a educação integral ser proporcionadas a todos os indivíduos.

A intencionalidade formativa do programa, com vista a apoiar o desenvolvimento integral dos cidadãos, é necessário que se proponha objetivamente a trabalhar para o desenvolvimento de comportamentos que seja implementado a qualidade de vida dos seus cidadãos, constituindo-se como uma proposta integradora da vida comunitária. Tal compromisso depende da colaboração de todos, num esforço organizado de trabalho em rede em prol de objetivos comuns.

### **Algumas considerações não finais...**

Este trabalho investigativo teve como finalidade analisar a contribuição do lúdico no desenvolvimento integral das crianças na prática das atividades realizadas o Programa Mais Educação. Esta pesquisa partiu de um esforço teórico em buscar, nos fundamentos da concepção de Educação Integral a relação com Programa Mais Educação e sua contribuição para a sociedade.

Perscrutar o campo da educação integral no Brasil, observando seus meandros conceituais, normativos e suas experiências foram os caminhos percorridos ao longo desta pesquisa para buscar compreender a proposta de educação integral presente no corpo da Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007.

Estimulou-nos o fato de estarmos pisando em um território ainda carente de fundamentação teórica, no que tange aos aspectos relacionados ao debate atual de educação integral e à possibilidade de análise de uma legislação educacional de publicação recente.

Por outro lado, desafiou-nos a constante movimentação que envolve o Programa Mais Educação, por se tratar de uma política recém implementada. Por estar em destaque no cenário nacional, a ela se encorparam, frequentemente, novos debates e, consequentemente, novas informações à pesquisa.

No decorrer dos estudos denota-se que tentativas foram atenuadas, no entanto em alguns casos não foram bem sucedidos devidos a fatores da sua historicidade que faz -se pertinente serem ressaltados pois abordar a educação integral e o desenvolvimento de uma escola em tempo integral implica um comprometimento com a educação pública que vá além dos interesses políticos; que articula-se politicamente numa perspectiva de evolução da escola pública no intuito de cumprir sua função social, ou seja, a de socializar as novas gerações, possibilitando o acesso aos conhecimentos, e contextualizando-os buscando sempre a o despertar da consciência dos indivíduos proporcionando dessa forma tornarem-se pessoas críticas reflexivas.

Sendo apresentadas questões relevantes em relação à metodologia utilizada como

recurso pedagógico, inserção do lúdico destacando o uso dos jogos, brinquedos e brincadeiras tendo em vista que estas promovem o desenvolvimento integral da criança na Educação Básica

Através do lúdico a criança experimenta, compara, analisa, comunica, adquire possibilidade de criar e recriar a partir de novas atividades. Uma vez que ela aprende participando de forma interativa com o grupo. Ao brincar, a criança tem a oportunidade de manipular o objeto do conhecimento, descobri-lo, explorá-lo. Nas ações da brincadeira, a criança pode pensar livremente, ousar, imaginar sem medo de errar, descobrir a si mesmo e ao outro.

Pode-se considerar todos os benefícios que os jogos e brincadeiras propiciam no desenvolvimento afetivo, cognitivo, motor e social da criança. Através do brincar ela, experimenta, compara, avalia, comunica, constrói, adquire possibilidade de criar e recriar a partir de novas brincadeiras, uma vez que, interagindo com o grupo a criança aprende participando. No contexto educacional é de suma importância

Em suma configura-se que a caracterização do uso do lúdico contribuindo satisfatoriamente na educação integral a partir de sua vinculação com atividades que englobam várias facetas de formar cidadão, propiciando às crianças e jovens conhecer o mundo em que vivem e compreender as suas contradições, o que lhes possibilitará a sua apropriação e transformação.

Assim sendo, concluímos este trabalho provisoriamente pois não tínhamos a pretensão de esgotar essa temática, cabendo pois, aprofundamentos posteriores para maiores elucidações por meio de outras pesquisas.

## Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Historia da Educação**. – 2ed.rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**: Lei n.º 9.394/96 de 26/12/1996. [S.l.]: [s.n], 1996.

BRASIL. **Direitos da criança e adolescente**. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 5.ed. São Paulo. 1995

BRASIL. **O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

CAVALIERE, A. M. **Escolas públicas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil**. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): vozes, 2009.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Rio de Janeiro-2010. Disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia) 249 acessado 23/09/2012.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação e Sociedade, v. 28, p. 1015-1035, 2007.

COELHO, Ligia Martha C da Costa. **Educação Integral em Tempo Integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis RJ, 2009.

PALMER, Joy A. **50 Grandes Educadores**. São Paulo, Cortexto 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.

GUARÁ, Isa M. F. R. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec: Educação

Integral. n.2, p.15-27, 2006.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil.** In: LEONTIEV, Alexei Nikolaevich, VYGOTSKY, Lev Semenovich, LURIA, Alexander Romanovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1994.

LURIA; LEONTIEV; VYGOTSKY e outros. **Psicologia e Pedagogia: Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento.** São Paulo: Moraes, 1991

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). et. al. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

NEGRINE, Airton. O Lúdico no Contexto da Vida Humana: da primeira infância às terceira idade. In SANTOS, Santa Marli Pires dos. (org.). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico.** 4. Ed. São Paulo: Ed. Scipione, 1998.

SEDA, Edson & SEDA, Ed. **A criança, o índio, a cidadania. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado para os Cidadãos das Comunidades, Urbanas, Rurais e Indígenas.** Rio de Janeiro: Edição Adês, 2005. Pesquisado na internet. <http://www.edsonseada.com.br/acrianindi.doc>. Acessado em 12/09/2012.

TEIXEIRA, Carlos E. J. **A ludicidade na escola.** São Paulo: ed. Loyola, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, vol.31, nº 73, pp. 78-84, jan./mar., 1959.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

Recebido em 7 de abril de 2021.

Aceito em 2 de maio de 2021.